

Políticas públicas para a população LGBT: uma análise das produções realizada de 2011 a 2020

Carla Isadora Barbosa Cantoⁱ

Instituto Macapaense de Ensino Superior, Macapá, AP, Brasil

Diego Bruno da Silva Bentesⁱⁱ

Secretaria de Estado da Educação do Amapá, Macapá, AP, Brasil

1

Resumo

Nesse artigo são analisadas as políticas públicas existentes voltadas para a população LGBT. Teve como objetivo apresentar uma breve revisão de literatura sobre as políticas públicas direcionadas para a população LGBT de 2011 a 2020. A pesquisa teve caráter qualitativo, de base exploratória, focado no estado da questão, com levantamento bibliográfico em duas bases de dados, com os descritores "LGBT" e "políticas públicas". Os resultados identificaram doze produtos, que foram agrupados em quatro categorias 1) políticas públicas e cidadania, 2) políticas públicas e saúde, 3) políticas públicas e segurança e 4) políticas públicas e educação. As discussões apontaram para a relevância do fomento às políticas públicas para população LGBT, bem como dificuldades no processo de legitimação e execução destas, objetivando o fomento ao protagonismo para o enfrentamento das desigualdades

Palavras-chave: Políticas públicas. Estado da questão. LGBT. Cidadania.

Public Policies for LGBT: a review about research from 2011 to 2020

Abstract

In this article we analyze public policies for LGBT, we aimed to present a brief review of literature about public policies for LGBT from 2011 to 2020. This research was qualitative, with an exploratory base, focused on the State of the Question. The survey was bibliographic in two database with descriptors "LGBT" and "public policies", the results identified twelve products which were grouped into four categories after content analysis: 1) public policies and citizenship, 2) public policies and health, 3) public policies and security and 4) public policies and education. The discussions pointed to the need of promoting public policies for LGBT, as well as difficulties in the process of legitimization and implementation of public policies for LGBT, to promoting the empowerment to face inequalities.

Keywords: Public Policies. State of the Question. LGBT. Citizenship.

1 Introdução

Esse artigo trata sobre as políticas públicas existentes voltadas para a população LGBT¹, a escolha do tema foi por entender a importância de legitimar a existência de pessoas LGBT na sociedade. Segundo Mello, Avelar e Maroja (2012), tal processo tem sido acompanhado por um número crescente de pesquisas comparativas e da ampliação das bases teóricas que fundamentam os estudos sobre formulação, legitimação, gestão, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas para LGBT.

Neste contexto, este artigo propõe responder **quais os resultados das pesquisas sobre a avaliação das políticas públicas para população LGBT?** O objetivo geral deste artigo é analisar os resultados das produções encontradas a partir dos descritores escolhidos sobre as políticas públicas voltadas para a população LGBT de 2011 a 2020.

Um marco importante nas conquistas de políticas públicas para a população LGBT segundo Mello, Brito, Maroja (2012, p. 407)

No prefácio da segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH 2), o presidente diz que os direitos dos homossexuais passaram a integrar a pauta das políticas públicas do Governo Federal. Tais ações voltadas para atender demandas do movimento LGBT, contudo, não chegaram a ser assumidas por nenhum órgão de governo como um conjunto de diretrizes para a formulação de políticas públicas.

Ainda sobre às políticas públicas no Programa Nacional de Direitos Humanos 2, de 2002 no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso,

[...] das 518 ações, “cinco contemplavam orientação sexual como uma dimensão da garantia do direito à liberdade, opinião e expressão e dez contemplavam à garantia do direito à igualdade de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais GLTTB”(Mello, Brito, Maroja, 2012, p. 407).

Mello, Brito, Maroja (2012) relatam que no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2004, começou-se a assegurar direitos para a população LGBT a partir de seis iniciativas:

¹ Optou-se por usar apenas LGBT por ser a sigla que ainda é usada nos documentos oficiais, mesmo sabendo que o movimento social já utiliza a sigla LGBTQIA+, sendo: queer, intersexuais, gêneros e o mais todas as outras expressões e identidades de gêneros.



- Criação do Brasil Sem Homofobia;
- Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual;
- Lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais PNDCDH-LGBT em 2009;
- Publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos em 2009;
- Criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, 2010;
- Implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil.

Ao longo dos anos foram articuladas outras inclusões de políticas públicas afirmativas como nome social, direito de mudança de identidade de gênero no registro civil, uso do banheiro pelo gênero que se identifica, cotas em universidades, plano nacional de saúde integral da população LGBT e até mesmo a criminalização da LGBTfobia, porém mesmo com as conquistas e visibilidades percebe-se um aumento alarmante da parte conservadora da sociedade (incluindo o legislativo).

Pereira (2020a) relata uma onda crescente no aumento da bancada evangélica que acaba propondo formas de aniquilamento e apagamento desta população com retirada de direitos e políticas públicas.

Silva *et al* (2020) relata que [...]barreiras são encontradas no acesso da população LGBT, referidas à discriminação, preconceito institucional e desigualdades da população LGBT nos serviços.

Àquela época, também se deve registrar, a frente prioritária de atuação do movimento LGBT estava no Poder Legislativo, ainda que já fossem visíveis as resistências às demandas relativas a direitos sexuais e reprodutivos, especialmente em função da atuação de parlamentares vinculadas a grupos religiosos. (MELLO; AVELAR; MAROJA 2012)

O estudo pode contribuir com a análise dos elementos, que facilitam e obstaculizam os objetivos pretendidos nos artigos selecionados pelas políticas públicas de





afirmação da população LGBT, entre o acesso de forma igualitária e sua maior inserção nos processos de elaboração de políticas públicas.

2 Metodologia

4

A pesquisa tem caráter qualitativo com pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (2008) é desenvolvida por material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos, explicando o problema a partir de referências teóricas publicadas, possibilitando a análise comparativa de várias posições acerca de um problema.

O estudo de base exploratória, que são pesquisas que tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias (GIL, 2008). Utilizar-se-á como procedimento técnico a pesquisa Bibliográfica, estudo este que é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente artigos científicos (GIL, 2008, p.50). Na abordagem qualitativa, que segundo Prodanov e Freitas (2013, p.70), é um tipo de pesquisa que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas, também utilizar-se-á o estado da questão - (EQ). A respeito do propósito desta metodologia de pesquisa, Nóbrega-Therrien e Therrien (2010, p. 34) afirmam que a “[...] finalidade do EQ é a de levar o pesquisador a registrar, com suporte em um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance”.

Para a produção desta pesquisa foram utilizadas duas bases de dados: a SciELO e Periódicos da Capes. Tais bases foram selecionadas por proporcionarem acesso gratuito a estudos atuais e possivelmente com boa qualidade científica, sendo a SciELO oferece artigos qualificados em razão de sua rigorosa política de ingresso e manutenção dos periódicos em sua base e a base de periódicos da Capes disponibilizar revistas internacionais de qualidade para a comunidade científica brasileira.

Assim os objetos de estudo foram artigos científicos disponíveis nas supracitadas bases eletrônicas publicados entre 2011 e 2020, localizados inicialmente pelos descritores "LGBT" e "políticas públicas", sendo mais uma vez refinada a busca com os filtros de



artigos brasileiros e português como idioma. a consulta às bases de dados foi desenvolvida no período de julho de 2021.

Primeiramente focou-se na plataforma SciELO. Ao pesquisar o descritor “LGBT”, foram apresentados 304 trabalhos. Como os produtos que interessavam eram artigos que tratavam de "políticas públicas", foi adicionado esse descritor, que nos levou a um total de 37 produções. Mais uma vez foram selecionados alguns filtros no intuito de delimitação do tema, foi selecionado os seguintes filtros: tipo de literatura onde colocou-se artigo, coleções do Brasil, artigos no idioma português e ciências humanas como área temática, onde chegou-se ao resultado de 13 artigos, três artigos foram excluídos por não terem aproximação à temática de políticas públicas, totalizando 10 artigos desta plataforma.

Quadro 1 – Artigos da SciELO

	AUTOR	TÍTULO/ ENDEREÇO ELETRÔNICO	ANO
01	Matheus Mazzilli Pereira	Trazendo os governos de volta: a chefia do executivo e os resultados do ativismo institucional LGBT (2003-2014) https://www.scielo.br/j/soc/a/KmL6JVgvtqGh3CP6hs9Rdf/?lang=pt	2020
02	Amanda de Cassia Azevedo da Silva Anelise Montañes Alcântara Daniel Canavese de Oliveira Marcos Claudio Signorelli	Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil https://www.scielo.br/j/icse/a/FFrYJnPRddNv6s69ZbLJqCt/?lang=pt	2020
03	Cleyton Feitosa	Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco https://www.scielo.br/j/sess/a/PCnbLPz5FdVmDKDMqFLZxCy/?lang=pt	2019
04	Henrique Araújo Aragusuku Moisés Alessandro de Souza Lopes	Políticas públicas e cidadania LGBT em Mato Grosso: Uma década de avanços e retrocessos (2007-2017) https://www.scielo.br/j/sess/a/v6XXzD7CPqrbv nTyRXCZh4H/?lang=pt	2018

05	Cláudia Pereira Vianna	O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios https://www.scielo.br//ep/a/LBDYPy9CZ3pGLJ4Sk4HVdQm/?lang=pt	2015
06	Juliana Vieira Sampaio Idilva Maria Pires Germano	Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT https://www.scielo.br//psoc/a/dn8hPT4MxTn3ChR5Q99HxWq/?lang=pt	2014
07	Luiz Mello Rezende Bruno de Avelar Walderes Brito	Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil https://www.scielo.br//ref/a/VvyXFkwTzjKXd6JHTDyQmBk/?lang=pt	2014
08	Luiz Mello Walderes Brito Daniela Maroja	Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades https://www.scielo.br//ref/a/VvyXFkwTzjKXd6JHTDyQmBk/?lang=pt	2012
09	Luiz Mello Rezende Bruno de Avelar Daniela Maroja	Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil https://www.scielo.br//se/a/xZP7MNQxfysrJX53QTdcXsD/?lang=pt#	2012
10	Luiz Mello Marcelo Perilo Camilo Albuquerque de Braz Cláudio Pedrosa	Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade https://www.scielo.br//sess/a/8ZZjpNCzqQMvJDDGRvLPYmk/?lang=pt#	2011

Fonte: Autoria própria (2021).

Após esta tabulação, iniciou-se a busca na plataforma de periódicos da Capes, colocando o descritor "LGBT" foram encontrados 71.018 artigos, adicionou-se o descritor "políticas públicas", indo para 399 documentos, reorganizou-se a busca dos descritores mencionados contendo no título "LGBT" e no assunto "políticas públicas" chegando em um total de 15 artigos, refinando as buscas com os mesmos filtros realizados na pesquisa na outra plataforma sendo tipo de literatura artigo e no idioma português dando um resultado de 7 artigos. Destes 7, três eram artigos repetidos da outra plataforma, um estava em espanhol e outro não dialogava com o tema dando um total de 2 artigos.

Quadro 2 – Artigos periódicos Capes

	AUTOR	TÍTULO/ ENDEREÇO ELETRÔNICO	ANO
01	Popadiuk, GiannaSchreiber ; Oliveira, Daniel Canavese ; Signorelli, Marcos Claudio	A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios https://www.scielo.br/j/csc/a/JVTfd3DqVzN3dPMLPJJYLvy/?lang=en	2017
02	Góis, João Bôsko Hora	A intersetorialidade na implementação dos Centros de Referência da Cidadania LGBT no Rio de Janeiro https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/29399/17737	2018

Fonte: Autoria própria (2021).

No total foram catalogados 12 artigos para o direcionamento deste trabalho, ressalta-se que nem todos os trabalhos publicados sobre população LGBT abordavam a população LGBT e sua interface com as políticas públicas e que é foco desta pesquisa. Nessa compreensão, não se pode afirmar que as produções sobre essa temática são escassas, ao contrário, um largo contingente de produções ficou de fora deste estudo por não se enquadrar nos critérios da inclusão.

Para o procedimento de análise de dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Moraes (1999). Essa análise trata-se de uma metodologia que abarca a descrição e a interpretação de documento, contemplando cinco fases. Ajudando assim, o pesquisador a interpretar e compreender mensagens por meio das descrições sistemáticas.

O primeiro passo da Análise de Conteúdo chama-se “Preparação”, e consiste em procurar e identificar as informações que foram analisadas, ou seja, nesta fase foram pesquisados os assuntos considerados importantes para o objetivo da pesquisa. (MORAES, 1999).

A segunda etapa é a “Unitarização”, nessa fase os materiais coletados na primeira fase foram lidos minuciosamente, foram analisados os assuntos que apresentavam relevância para o estudo da pesquisa e os materiais que não contribuíram para responder a problemática foram descartados. O terceiro passo é a “Categorização”, na qual se

agrupam materiais semelhantes de maneira mais extensa, facilitando assim a análise da informação, nessa fase o material pesquisado foi separado em unidades, sendo codificados de acordo com seu tema principal. (MORAES, 1999). Estes pontos foram feitos de maneira concomitante, onde foram lidos os artigos de modo completo de forma minuciosa e foram selecionadas as partes mais relevantes para a pesquisa. O quarto estágio denomina-se “Descrição”, na descrição segundo Moraes (1999) são produzidos resumos dos conteúdos obtidos, nessa fase ocorreu a descrição de todo o resultado do material analisado nas etapas passadas. Na próxima e última fase da análise, denominada “Interpretação”, é feita uma descrição mais detalhada por meio de uma compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens por meio da inferência e interpretação dos conteúdos explicados, ou seja, nessa fase foi feita a interpretação dos autores da pesquisa conforme a leitura dos artigos analisados (MORAES, 1999).

Na fase de "categorização" o estudo foi organizado com as seguintes categorias: políticas públicas e cidadania, políticas públicas e saúde, políticas públicas e segurança e políticas públicas e educação.

Quadro 3 – Categorização das produções selecionadas por bases de dados

Categoria temática	base de dados	produções selecionadas
políticas públicas e cidadania	SciElo	6
	Capes	1
políticas públicas e saúde,	SciElo	2
	Capes	1
políticas públicas e segurança	SciElo	1
	Capes	-
políticas públicas e educação	SciElo	1
	Capes	-
Total		12

Fonte: Autoria própria (2021)

3 Resultados e Discussão

9

Para melhor organização das discussões dos resultados, apresentam-se as reflexões desde as categorias emergentes da análise de conteúdos, quais sejam: 1) políticas públicas e cidadania, 2) políticas públicas e saúde, 3) políticas públicas e segurança e 4) políticas públicas e educação. A estratégia de categorização foi usada a partir das palavras chaves dos artigos bem como os objetivos que cada um discutiam, desta forma os artigos foram reunidos por aproximação temática.

Com objetivos distintos, todas as pesquisas tinham em comum a avaliação da funcionalidade da política pública para a população LGBT.

No que diz respeito às políticas públicas como textos, é importante compreender que as políticas são “representações que são codificados de maneiras complexas (por meio de lutas, compromissos, público autorizado interpretações e reinterpretções) e decodificadas de maneiras complexas por meio das interpretações dos atores e significados em relação à sua história, experiências, habilidades, recursos e contexto (SARTORI, 2021, p.10).

Na categoria temática políticas públicas e cidadania foram reunidos sete artigos, sendo seis da plataforma Scielo e um da Capes, estes artigos trazem um recorte sobre a história da população LGBT na luta pela garantia de direitos e políticas públicas.

“A valorização da cidadania tem longa trajetória [...] sempre foi um status almejado. Ser cidadão é ser alguém, e trás uma relação direta com igualdade e pertencimento” (PEDRA, 2020, p.17).

“As políticas específicas para a população LGBT no Brasil se constroem como uma tentativa de agregar uma minoria sexual que não é contemplada pelas políticas existentes, em resposta às reivindicações do movimento LGBT” (Sampaio e Germano. 2014, p. 293)

Pensar em políticas públicas voltadas para as pessoas LGBT é uma forma de legitimar a existência dessas pessoas como cidadãos e de pertencimento ao Estado, conforme o artigo Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades,



[...] pessoas LGBT ainda são vistas por muitos como sujeitos não legítimos para reivindicar ou até mesmo como não humanos o suficiente para terem sua integridade física, autonomia moral e liberdade existencial protegidas pelo Estado. esse pensamento existe devido a uma percepção normativa da sociedade incluindo o legislativo e o executivo. (Melo, Brito e Maroja, 2012, p. 410)

De acordo com Pereira (2020b p.251-253):

[...] a chefia do Executivo também impôs obstáculos orçamentários à ação de burocratas ativistas LGBT. O primeiro desses obstáculos esteve relacionado à liberação de emendas parlamentares dedicadas a ações de defesa dos direitos sexuais e de combate à homofobia. [...] Em relação a esse ponto, é importante destacar que as emendas parlamentares foram uma das principais estratégias utilizadas por organizações do movimento LGBT para financiar políticas de combate à homofobia e garantia de direitos sexuais nesse período [...] a chefia do Executivo passou a emitir sinais públicos de que não daria mais suporte aberto a iniciativas de burocratas ativistas LGBT.

E Melo, Avelar, Brito (2012, p.423):

Constatação de que os documentos que preveem ações e programas direcionados à população LGBT, nos três níveis de governo, geralmente assumem a forma de atos normativos secundários, oriundos do Poder Executivo – decretos, portarias, resoluções, recomendações e instruções –, dotados de menor “força” normativa, quando comparados a leis, ou mesmo de nenhum caráter normativo, quando não passam de documentos divulgados de maneira absolutamente informal, como foi o caso do Brasil sem Homofobia e do Plano Nacional LGBT, por mais que resultem de demandas e pressões de grupos da sociedade civil.

Bem como ainda em Pereira (2020b) que destaca que alguns vetos nas construções das políticas públicas voltadas para a população LGBT estão relacionados às ações da chefia do Executivo por uma forte mobilização de uma frente mais conservadora.

Três artigos desta área temática tratam sobre a implantação dos Centros de referência

Os Centros de Referência são equipamentos públicos que foram criados entre os anos de 2009 e 2012, porém nem todos os estados foram contemplados com essa exigência do programa Brasil sem Homofobia no intuito de uma política pública descentralizada. (GÓIS; TEIXEIRA, 2018; ARAGUSUKU; LOPES, 2018)

Na pesquisa sobre a avaliação do centro Estadual de combate a homofobia no Paraná





[...] diferentemente de outros segmentos abarcados pelas políticas de direitos humanos como crianças e adolescentes, idosos ou pessoas com deficiências, a população LGBT não goza de solidariedade social e, por fim, o papel e a influência que as religiões mais conservadoras exercem na construção do pensamento conservador brasileiro, trazendo a dificuldade no desenvolvimento do trabalho e para que as políticas públicas sejam levadas a sério (Para Feitosa (2019, p.111).

Na categoria políticas públicas e saúde foram reunidos três artigos, sendo dois da plataforma SciELO e um da Capes.

Segundo a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 196:

[...] a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Segundo a portaria GM/MS nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em seu artigo 1º tem como objetivo geral promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo.

Essa política em seu artigo 2º apresenta dezenove objetivos específicos passando pela pactuação em todas as esferas de governo, bem como qualificação da rede de serviços e também dos profissionais de saúde com a educação permanente, até questões mais específicas de cuidados em saúde, levantando uma visão para além do programa de HIV/AIDS, principalmente para as pessoas travestis e transexuais, percebendo as pessoas LGBT de forma integral com suas especificidades de cuidados e acolhimentos.

Silva *et al* (2020a) reconhecem os efeitos perversos dos processos de discriminação, violências e exclusão sobre a saúde da população LGBT, destacam, que:

Orientação sexual e identidade de gênero são reconhecidas pelo Ministério da Saúde como determinantes e condicionantes da situação de saúde, na medida em que intolerância, estigma e exclusão social podem ser geradoras de sofrimento e limitadoras do acesso da população LGBT aos cuidados de saúde e, visando sua superação orienta-se a promoção da equidade em saúde (Silva *et al*, 2020a, p15).





Na pesquisa de Popadiuk *et al* (2017) a educação permanente é uma categoria necessária para o aperfeiçoamento dos atendimentos pelos profissionais da saúde, promovendo uma possível melhora nesse acesso à saúde, sendo uma discussão que emergiu sobre a necessidade de realização de seminários, preparação de profissionais de saúde.

Todavia, a necessidade de sensibilização de profissionais da saúde para o atendimento não discriminatório da população LGBT ainda é um dos temas mais recorrentes nos planos, programas e demais documentos que apresentam diretrizes, objetivos e metas para as políticas públicas de saúde formuladas para esses segmentos (MELO *et al*, 2011, p.18).

Na categoria políticas públicas e segurança, foi encontrado apenas um artigo com os descritores na plataforma SciELO intitulado Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil, de Mello, Avelar e Brito, intitulado Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil que expõem que ainda há muito o que se discutir a respeito da segurança pública voltada ao público LGBT, principalmente quando se fala de violências contra esta comunidade.

Constituição Federal, que estabelece a segurança como um dos direitos individuais fundamentais (art. 5º, caput) e como direito social (art. 6º, caput), definindo no art. 144 que a segurança pública é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (Melo *et al*, 2014, p. 299).

Nesse artigo em questão se reflete sobre a garantia e legitimação da segurança, segundo dados do relatório mortes violentas de LGBT+ no Brasil de 2019 “a cada 26 horas um LGBT+ é assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (Grupo Gay da Bahia, 2019).

Para Fontura, (2009, p.143) a sociedade colabora com a segurança pública, atuando [...] *na socialização dos indivíduos, na perpetuação dos mecanismos informais de controle social e de autocontrole, a partir da perspectiva de que não é somente o controle pelo Estado que garante a segurança de todos* [...].

Muito além dos princípios constitucionais, quando se foca o olhar sobre a população LGBT, questões como violência e segurança pública passam a se tornar um





enigma a partir da noção de LGBTfobia, que tem sido utilizada pelo movimento social com a intenção de reivindicar políticas públicas para esta população.

Para Ventimiglia e Menezes (2020), a LGBTfobia tem sido amplamente utilizada para a conceitualização do preconceito e discriminação contra indivíduos que apresentem orientação sexual diferente da heterossexual.

Mello *et al* (2014, p. 314) relata que:

[...] a necessidade de transversalizar o tema da segurança pública para a população LGBT, estendendo essa discussão para além dos órgãos públicos especializados. Essas questões não devem ser tratadas apenas por alguns órgãos e esquecidas por outros. Nessa fala, foi destacada a importância de ações para a população LGBT serem implementadas, por exemplo, nas secretarias de segurança, de justiça e do trabalho, entre outras, como uma política que perpassasse todas as instâncias do governo, ao invés de ser designada à responsabilidade apenas de um órgão especializado, necessário, mas insuficiente, se estruturado sem articulação intra e intergovernamental. A falta de transversalização do tema da segurança pública e a concentração das ações em alguns órgãos apontam para a falta de uma política pública de Estado, no sentido estrito do termo, que pressupõe existência de amparo legal e continuidade das ações, dotação orçamentária, controle social, entre outros elementos constitutivos.

O texto aponta a importância ações e iniciativas bem como problemas, desafios e limites deste tema dentro da segurança pública, evidenciando problemas na coleta de dados oficiais tanto de pessoas LGBT que sofrem LGBTfobia e se dirigem a alguma delegacia, ou usam o 180, como violências sofridas em abordagens policiais, desta forma os autores problematizam o grande abismo ainda existente.

Na categoria políticas públicas e educação foi encontrado apenas um artigo com os descritores pesquisados na plataforma SciELO, pensando em uma educação libertadora de Paulo Freire e que previsto no art. 5º da Constituição Federal de 1988 de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de natureza, questiona-se: por que é tão difícil falar sobre gênero e diversidade nas escolas? O que há de “tão inapropriado” para tal discussão?

Segundo Vianna (2015), o movimento LGBT tem uma longa história e conta com vasta bibliografia sobre esse processo. Desta forma falar sobre o movimento LGBT é considerá-lo um forte construto de identidade coletiva, percebendo sua capacidade de





gerar demandas coletivas por direitos sociais na negociação com diferentes esferas do poder público:

O movimento LGBT recorre a uma rede imensa com diversos protagonistas e posições políticas distintas, aglutinando demandas e reivindicações. Apesar de não ser o foco deste trabalho, torna-se imprescindível registrar o papel do feminismo e sua interlocução com o movimento LGBT, além de sua influência junto ao Ministério da Educação (MEC), materializada em muitas das pautas da Secretaria de Política para as Mulheres. Eu diria até que a relação tensa e contraditória entre esse movimento social e setores do governo responsáveis pelas políticas de educação introduziu (para não dizer impôs) novos conceitos e aprendizados (VIANNA, 2011, p.794).

Para Vianna (2015), é possível, por meio da diversidade cultural, diversificar o ensino de forma a incluir peculiaridades, por exemplo, a eliminação de atitudes discriminatórias e a convivência com as diferenças a partir da formação de valores pessoais.

Vianna (2015, p.798) relata que o problema com a concepção, de incluir a diversidade não mais abarcaria a superação das bases materiais desiguais, necessitando a importância de orientação para a população sobre as pessoas LGBT, o que no XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros (EBLGT), o governo, apresentou como proposta a produção de cartilhas para orientar a sociedade acerca do público LGBT.

Segundo Daniliauskas (2011) o movimento rejeitou veementemente tal proposta e exigiu a construção de políticas públicas que tratassem do tema. neste momento, estreitou-se a relação entre setores do governo e ativistas,

foram criadas institucionalidades no âmbito específico do Ministério da Educação (MEC), uma delas foi a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), constituída em 2004 com o objetivo de enfrentar várias dimensões da desigualdade por meio da “articulação de programas de combate à discriminação racial e sexual com projetos de valorização da diversidade étnica” (BRASIL, 2004, p.1 apud VIANNA, 2011, p. 798).

Segundo Silva et al (2020b)

Compartilhar essas ruminações sobre as implicações epistemológicas e éticas da necessidade de envolvimento com os estudos sobre transgêneros como uma base para pensar e repensar os termos da análise, pesquisa e prática de políticas públicas em instituições educacionais que estão comprometidas em promover entendimentos transgêneros informados e amplos de gênero da incorporação





como eles são refletidos nos documentos incluídos como parte desta edição especial.

Por fim, o artigo o artigo de Vianna relata que a dinâmica de introdução do gênero e da diversidade sexual nas políticas públicas de educação envolveu desde os movimentos internacionais e nacionais que fizeram circular diálogos e protagonizaram disputas até as contradições presentes no processo de negociação em torno das demandas do movimento LGBT, esses conflitos deveriam ser levados em consideração na criação e aplicação de planos e programas elaborados no âmbito federal.

15

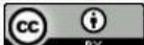
4 Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi construir o Estado da Questão (EQ) de pesquisas desenvolvidas a respeito de políticas públicas voltadas para população LGBT a partir da análise de material coletado em duas bases de dados: SciELO e Periódicos da Capes, assinalando as concepções que norteiam os serviços e as políticas públicas em desenvolvimento para este público.

Sobre a políticas públicas e cidadania as pesquisas utilizadas ainda trazem o enfrentamento a movimentos conservadores dentro da sociedade e nas esferas do legislativo e executivo e das quanto tais formas de exclusão (mesmo que simbólicas) proporcionam a invisibilização do Estado na garantia de direitos.

A respeito das políticas públicas e saúde, a política nacional de saúde LGBT é uma divisa importante para as políticas públicas de saúde no Brasil, sendo um marco histórico de reconhecimento das demandas desta população, onde muitos se encontram em condição de vulnerabilidade, porém mesmo com toda essa importância as pesquisas identificaram a existência de desigualdades e acesso iníquo desse grupo populacional aos serviços de saúde, levantando questionamento de como essa população cuida de sua saúde.

Em relação às políticas públicas de segurança, foram perceptíveis as dificuldades de interação entre os diversos níveis e instâncias de governo e deste com a sociedade





civil, a falta de políticas públicas do Estado e a chamada homofobia institucional foram o ponto alto da análise deste artigo. Têm-se a impressão de que nunca se teve tanto, e o que há é praticamente nada, diante dos avanços que já poderiam ter acontecido para a população LGBT, causando assim uma imprecisão a segurança das pessoas LGBT Brasil.

No que concerne às políticas públicas e educação, pode-se inferir que o sistema educacional brasileiro ainda ignora as diferenças de gênero desde a infância e a plena existência do alunado LGBT. Sendo assim, o Estado, enquanto agente mantenedor, precisa urgentemente promover políticas públicas que garantam e assegurem o reconhecimento, que promovam a discussão, e trabalhem as diferenças de gênero e as diversidades existentes nas escolas, trazendo para o processo educativo o início de um esgotamento das desigualdades e permanência da manutenção das relações sociais e de gênero.

Nessa perspectiva, ratifica-se a valia do estudo, que se volta para a construção do EQ, pois, por esse percurso metodológico, foi possível evidenciar o que está sendo pesquisado acerca da população LGBT na interface com as políticas públicas, destacando lacunas na promoção e garantia de políticas públicas com ênfase nas necessidades de pessoas LGBT.

Tal estudo restringiu-se a lançar luz sobre o EQ de pesquisas sobre a população LGBT, logo importa destacar a necessidade de investimento em novas pesquisas que aprofundem as reflexões iniciadas no artigo em tela, pois o EQ sinaliza para a necessidade de ampliar discussões aprofundadas concernentes a aspectos ligados à crítica da Modernidade, ao papel da economia sobre a escola e os corpos, as instituições – escola, trabalho, família, Estado –, às questões de gênero e étnicas, ao aumento do conservadorismo, para sim compreender e legitimar as políticas públicas que envolvem LGBT e amparam tais tensões. Sugere-se, contudo, o desenvolvimento de novas pesquisas que possam dialogar e aprofundar o estudo em relato.

Referências





ARAGUSUKU, H. A; LOPES, M.A. de. S. Políticas públicas e cidadania lgbt em Mato Grosso: uma década de avanços e retrocessos (2007-2017). **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, p.147-171, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/y6XXzD7CPgrbnvTyRXCZh4H/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Documento de apresentação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)**. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011**. Brasília: MEC, 2011.

DANILIAUSKAS, M. **Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação**: uma análise do Programa Brasil Sem Homofobia. 2011. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FEITOSA, C. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, p.90-118, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/PCnbLPz5FdVmDKDMqFLZxCy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

FONTOURA, N, O; RIVERO, P, S; RODRIGUES, R. I. Segurança pública na Constituição Federal de 1998: continuidades e perspectivas. *In*: BRASIL. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, 2009. p. 135-196. v. 3.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓIS, J. B. H; TEIXEIRA, K. C. da S. A intersectorialidade na implementação dos Centros de Referência da Cidadania LGBT no Rio de Janeiro. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n.2, p.363-378, ago./dez. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/29399/17737>. Acesso em: 05 abr. 2021.

GRUPO Gay da Bahia. **Relatório 2019**. [S.l: s.n], 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 05 abr. 2021.





MELLO, L.; AVELAR, R. B.; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v.27, n.2, p. 289-312, 2012a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xZP7MNQxfysrJX53QTdcXsD/?lang=pt#>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MELLO, L; BRITO, W; MAROJA, D. **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades**. [S.l.: s.n], 2012b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VvyXFkwTzjKXd6JHTDyQmBk/?lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MELLO, L; PERILLO, M; BRAZ, C. A; PEDROSA, C. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n.9, p.7-28, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/8ZZjpNCzgQMvJDDGRvLPYmk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MELLO, L; AVELAR, R. B; BRITO, W. Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.22, n.1, p. 416, jan-abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VvyXFkwTzjKXd6JHTDyQmBk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NÓBREGA-TERRIEN, S. M.; TERRIEN, J. O estado da questão: aportes teóricometodológicos e relatos de sua produção em trabalhos científicos. *In*: FARIAS, I. M. S.; NUNES, J. B. C.; NÓBREGA-TERRIEN, S. M. **Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto**. Fortaleza: EdUECE, 2010.p. 33-51.

PEREIRA, M. M. Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 31, p. 301-338, jan/abr. 2020a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/nPf9M9mdLSQYFJC3kYwqqCy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2021.

PEREIRA, M. M. Trazendo os governos de volta: a chefia do executivo e os resultados do ativismo institucional LGBT (2003-2014). **Sociologias**, Porto Alegre, ano 22, n. 53, p. 228-263, jan-abr. 2020b.

PEDRA, C. B. **Cidadania Trans: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil**. Curitiba: Appris. 2020.





POPADIUK, G. S; OLIVEIRA, D. C; SIGNORELLI, M. C. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.22, n.5, p. 1509-1520, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/JVTfd3DqVzN3dPMLPJYLVy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2021.

PRODANOV, C.C; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas das pesquisas e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SAMPAIO, J. V; GERMANO, I. M. P. Políticas públicas e crítica Queer: algumas questões sobre identidade LGBT. **Psicologia & Sociedade**, v.26, n.2, p.290-300, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dn8hPT4MxTn3ChR5Q99HxWq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

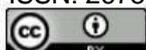
SARTORI, Thiago Luiz. Políticas Públicas, Educação para os Direitos Humanos e Diversidade Sexual. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, Fortaleza, v. 3, n. 3, e335484, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i3.5484>. Acesso em 05 abr. 2021.

SILVA. A. de C. A. da; ALCÂNTARA, A. M; OLIVEIRA, D. C. de; SIGNORELLI, M. C. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. **Interface, comunicação, saúde e educação**, 2020a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/FFrYJnPRddNv6s69ZbLJgCt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

SILVA, J. L.; SILVA, L.; PARENTES, M.; SILVA, R. Um olhar sobre a educação inclusiva no PNE 2014-2024: desafios e perspectivas. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, v. 2, n. 1, 2020b. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3514> Acesso em: 12 out 2020.

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/LBDYPy9CZ3pGLJ4Sk4HVdQm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 abr. 2021.

VIENTIMIGLIA, R; MENEZES, A. B. LGBTfobia na escola: possibilidades para enfrentamento da violência. Curitiba: Appris, 2020.





ⁱ **Carla Isadora Barbosa Canto**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4995-3972>

Instituto Macapaense de Melhor Ensino Superior - IMMES

Minicurrículo: Mestranda em planejamento de políticas públicas pela UECE, psicóloga especialista em gênero e diversidade na escola pela UNIFAP.

Contribuição de autoria: conceptualização, administração e metodologia do projeto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9533734339457698>

E-mail: psicologaisadoracanto@gmail.com

ⁱⁱ **Diego Bruno da Silva Bentes**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9246-3939>

Secretaria de estado da Educação-SEED, Centro de Valorização da Educação-CVEDUC

Minicurrículo Mestrando em Planejamento e Políticas Públicas, pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialização em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Tecnologia do Amapá-META. Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior do Amapá-IESAP.

Contribuição de autoria: conceptualização e metodologia do projeto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0471119923177981>

E-mail: bentespedagogo@gmail.com

Editora responsável: Cristine Brandenburg

Especialista *ad hoc*: Keila Andrade Haiashida

Como citar este artigo (ABNT):

CANTO, Carla Isadora Barbosa; BENTES, Diego Bruno da Silva. Políticas públicas para a população LGBT: uma análise das produções realizada de 2011 a 2020. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 3, n. 1, e316347, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.47149/pemo.v3i1.6347>

Recebido em 15 de abril de 2021.

Aceito em 29 de abril de 2021.

Publicado em 30 de abril de 2021.

